



A INFLUÊNCIA DOS GRUPOS DE INTERESSE NO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL: O CASO DO *DISCUSSION PAPER* SOBRE *LEASING*

Carlos Henrique Silva do Carmo

Universidade Federal de Goiás

Alex Mussoi

Universidade de São Paulo

L. Nelson Carvalho

Universidade de São Paulo

Resumo

O objetivo desta pesquisa é investigar a influência de grupos de interesse (*lobby*) no processo de normatização contábil internacional empreendido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. A fim de identificar a possível associação de características específicas dos respondentes das cartas de comentários e o resultado do processo normativo foram utilizadas as 302 cartas de comentários enviadas ao IASB por conta do *discussion paper Leases Preliminary Views* no período de março a julho de 2009, que resultou no *exposure draft “Leases”* emitido em agosto de 2010. Os respondentes foram classificados em preparadores, profissionais contábeis, normatizadores, acadêmicos; foram adicionadas a tais grupos algumas informações referentes ao país de origem de cada respondente: o número de representantes nativos no *board* do IASB, o montante total de financiamento do *Board* efetuado pelas entidades do país do respondente e o índice de capitalização do mercado local. Em seguida foram identificadas as opiniões de cada respondente em relação à nova contabilização proposta para as entidades arrendatárias em relação aos contratos de *leasing*. Utilizou-se da técnica da regressão logística para verificar se as características identificadas nos respondentes tiveram influência na posição manifestada pelo IASB no *Exposure Draft* sobre *Leasing* emitido logo após o *discussion paper*. Os resultados sugerem que apenas as opiniões de Profissionais contábeis, normatizadores nacionais e acadêmicos exerceram influência nas decisões tomadas pelo normatizador contábil no caso do *Leasing*.

Palavras Chaves: Lobbying, Grupos de Interesse, Regulação Contábil, IFRS, IASB, Leasing.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente contábil mundial está passando por momentos de grande transformação, eventos ocorridos nos últimos cinco anos, tais como, a decisão da União Européia de tornar obrigatório o atendimento as normas expedidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB; o acordo entre o *Financial Accounting Standards Board* - FASB e o IASB para a redução das divergências entre as normas expedidas pelos dois órgãos; a decisão da *Securities and Exchange Commission* - SEC de permitir que as empresas estrangeiras com ações negociadas nas bolsas americanas pudessem apresentar suas demonstrações baseadas nas *International Financial Reporting Standards* - IFRS; a crise econômica global que iniciada em 2007 ainda assola as maiores economias mundiais e exerce influência sobre o ambiente contábil atual e a aceleração do processo de convergência dos padrões contábeis de diversos países ao redor do mundo, têm aumentado a atenção ao processo regulatório do IASB, refletindo em uma maior participação em suas consultas públicas (YU, 2006; SHORTRIDGE e SMITH, 2009; GERGIU, 2010).

As IFRS são normas emitidas pelo IASB seguindo um roteiro de seis etapas (1ª definição da agenda de discussões; 2ª planejamento do projeto; 3ª opcionalmente, o IASB pode elaborar e apresentar um documento para discussão; 4ª elaboração e apresentação de uma minuta de exposição de uma nova norma ou de alteração de uma norma existente; 5ª elaboração e publicação da norma e; 6ª análise dos impactos e dos possíveis imprevistos decorrentes da aplicação da norma) que envolve um amplo processo de consulta pública, com a participação de pessoas e organizações interessadas de todo o mundo (BALL, 2006, IFRS, 2011a).

No procedimento de consulta estabelecido pelo IASB, envolvendo a apresentação das minutas das normas ou documentos para discussão, são solicitados comentários por meio das chamadas cartas de comentários ou *comment letters*, em que os interessados podem se expressar sobre os assuntos tratados, expondo suas opiniões, concordâncias ou divergências, exercendo assim pressão a fim de influenciar a emissão de futuras normas ou de alterações de normas já existentes (JORISSEN, LYBAERT e VAN DE POEL, 2006; HANSEN, 2009).

As ações pelas quais as partes interessadas tentam influenciar os normatizadores contábeis são conhecidas por *lobbying* e vão desde a emissão de cartas de comentários para as consultas públicas, à pressões diretas exercidas sobre os membros dos normatizadores (SUTTON, 1984; ZEFF, 2002; GEORGIU, 2004).

No entanto, apesar das várias possibilidades do exercício de *lobbying*, estudos anteriores demonstraram que tais abordagens são significativamente associadas ao uso de cartas de comentários, daí ser este o método mais utilizado para investigar esse tipo de assunto (GEORGIU, 2004; KONIGSGRUBER, 2009).

Apesar de existirem inúmeros trabalhos investigando a ação de grupos de interesse sobre os normatizados contábeis ao redor do mundo, a maioria deles se concentrou em analisar o processo ocorrido nos normatizadores estadunidenses ou britânicos (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; SUTTON, 1984; TANDY; WILBURN, 1992, 1996; GEORGIU, 2004; 2005; GEORGIU; ROBERTS, 2004; STENKA; TAYLOR, 2010; ALLEN, RAMANNA, 2010). São poucos os trabalhos empíricos realizados no âmbito do IASB e um número menor ainda compreendendo o período posterior a sua reformulação ocorrida em 2001 (YU, 2006; HANSEN, 2009; GEORGIU, 2010).

Tendo em vista esta escassez de trabalhos sobre o IASB e o ganho de relevância do

órgão como normatizador nos últimos anos, o objetivo desta pesquisa é estudar o processo de elaboração e emissão de normas contábeis empreendido pelo Normatizador Internacional, analisando a maneira com que a pressão de grupos de interesses (*lobby*) se manifesta e qual é a influência de tais grupos no resultado deste processo. A questão de pesquisa que direciona este trabalho é quais os grupos de interesse e variáveis que influenciam o processo regulatório do IASB?

Para investigar esta questão foi escolhido o *Discussion Paper* denominado *Leases Preliminary Views*. Ele foi selecionado por ser considerado polêmico, podendo dividir a opinião dos interessados e refletir quais grupos e variáveis possuem maior peso na decisão do *Board*. Desta forma, o presente artigo buscou investigar a influência de grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional empreendido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, a fim de identificar uma possível associação de características específicas dos respondentes das cartas de comentários e seu impacto nas decisões do Normatizador Internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pesquisas anteriores sobre o processo de *lobbying* nos normatizadores contábeis

A pressão de grupos de interesse (*lobby*) no processo de normatização contábil promovido pelo IASB, bem como pelo seu antecessor o *International Accounting Standard Commite* – IASC e seu congênere norte-americano o *Financial Accounting Standard Bord* – FASB, tem sido objeto de estudos internacionais, por meio de diferentes abordagens.

Pesquisas realizadas por Watts (1977) e Watts e Zimmerman (1978) buscaram discutir o processo de *lobby* corporativo na elaboração de normas contábeis emitidas pelo FASB, por meio do uso de um referencial baseado na teoria econômica, com ênfase na teoria da agência, explicando que o processo de normatização contábil é produto do mercado e de processos políticos onde indivíduos e grupos interagem buscando maximizar a sua própria utilidade.

Nesta linha, Solomons (1978) já argumentava que o processo de elaboração de normas contábeis pode ser visto como um processo político, não sendo necessariamente guiado por aspectos técnicos ou teóricos, onde existe a possibilidade de conflito tendo em vista que as partes envolvidas podem buscar exercer pressão para obter ganhos em particular.

Watts e Zimmerman (1986), considerando a literatura existente sobre regulação econômica, comentam que esse processo político gera uma competição entre os indivíduos por transferência de riqueza que implica em incentivos para que os mesmos se organizem em grupos a fim de pressionar por seus objetivos.

De maneira complementar, Fogarty, Hussein e Ketz (1994), após analisarem o processo de elaboração de normas pelo FASB, admitem que, ao assumir que tal processo é político se reconhece que existem diferentes interesses conflitantes entre as partes envolvidas e que estes interesses terão algum impacto na norma a ser elaborada.

Zeff (2002), por ocasião da reestruturação do IASC e a conseqüente criação do IASB, demonstrou preocupação com o processo de pressão política exercida pelos organismos de normatizadores contábeis dos oito principais países (Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos) que colaboraram para sua reestruturação, alertando para a possibilidade do IASB não alcançar o objetivo de produzir normas de alta qualidade, tendo em vista a possibilidade do mesmo ceder ao *lobby* dos organismos dos países colaboradores que representariam os interesses de seus usuários locais.

O autor apresenta diversas diferenças de procedimentos contábeis entre os países, exemplificando as indústrias que seriam afetadas e alertando para a possibilidade de um agressivo *lobby* das mesmas sobre o organismo internacional, via o seu normatizador local.

Preocupação semelhante é apresentada por Königsgruber (2009), para quem alguns gestores ou empresas podem estar preocupados em ocultar informações financeiras desfavoráveis ou apresentar constantes resultados positivos e para tanto podem ter incentivos para exercer pressão sobre os organismos normatizadores de forma a lhes favorecer. Segundo o autor, alguns gestores e empresas para alcançar seus objetivos podem não estar dispostos a agir à vista do público investidor, participando do processo normal de consulta e ao contrário, podem utilizar o contato pessoal com os membros do normatizador a fim de alavancar seus ganhos. Para justificar seus comentários ele apresenta exemplos de casos envolvendo contribuições de corporações para organismos normatizadores relacionadas aos interesses das mesmas nas normas contábeis discutidas pelo órgão.

Por outro lado, Tandy e Wilburn (1996) observam que a participação dos grupos de interesse no processo de elaboração de normas não é só importante, mas necessária para garantir legitimidade ao referido processo, opinião compartilhada por Jorrisen, Lybaert e Van de Poel (2006) para quem a ação de *lobby* indica a magnitude do interesse despertado pelo assunto nos usuários da contabilidade e revela os potenciais problemas e custos relacionados com a utilização das futuras normas.

Ponto de vista similar é apresentado por Scott (2009, p.496) que comenta que, embora os normatizadores contábeis possam ser guiados pela utilidade decisória e redução da assimetria de informação, estes critérios não são suficientes para garantir uma normatização exitosa, pois, “adicionalmente é necessário considerar os interesses legítimos de gerentes e outros constituintes, e ter uma atenção cuidadosa ao devido processo normativo”

Observa-se que várias pesquisas têm reforçado a natureza política do processo de normatização contábil, revelando que a ação dos interessados por meio da atividade de *lobby* influencia o resultado final de tal processo. No entanto, apesar da atividade de *lobby* buscar trazer para os seus interessados benefícios em particular, essa ação é considerada por alguns autores, como natural e necessária a fim de assegurar a legitimidade da norma a ser elaborada.

Outros trabalhos buscaram identificar os determinantes da participação das partes interessadas nos processos de elaboração de normas contábeis. Sutton (1984) desenvolveu um modelo baseado na premissa de custo versus benefício para explicar quando os interessados tomam parte do processo de *lobby*, concluindo que os lobistas decidem participar do processo somente quando os benefícios do *lobby* (os ganhos potenciais, normalmente medidos pelos impactos no fluxo de caixa futuros), ajustados a probabilidade de a pressão exercida ocasionar mudança no processo de elaboração das normas, excederem os custos do exercício dessa pressão (que dependerá da forma com que a pressão será exercida, de contribuições para associações de interesse, ou para o próprio normatizador, ou até mesmo o custo do simples envio de correspondências).

Percebe-se, como característica comum entre as pesquisas, que a motivação para a participação nos processos de consulta em relação à elaboração das normas contábeis passa, necessariamente, pela possibilidade percebida pelo lobista de influenciar no resultado final do processo, observação já apresentada por Watts e Zimmermann em seus trabalhos precursores (WATTS, 1977; WATTS; ZIMMERMAN, 1978).

Buscando identificar quem são os participantes do *lobby* em relação aos normatizadores contábeis, Tandy e Wilburn (1992) tentaram caracterizar os participantes do *lobby* em relação às 100 primeiras normas emitidas pelo FASB, utilizando para isso, da

análise das cartas de comentários enviadas pelos interessados, em resposta as correspondentes minutas de exposição das referidas normas. O trabalho concluiu que as indústrias representaram o grupo com o maior nível de participação, com mais da metade de todas as cartas enviadas, seguido pelo grupo dos contadores e das empresas de serviços financeiros.

Larson (1997) analisou o processo de *lobby* empreendido pelas empresas, identificando suas características, e percebeu que aproximadamente 85% das que responderam aos processos de consulta referentes as normas emitidas pelo IASC, no período 1989 a 1994, estavam incluídas entre as 500 maiores corporações listadas pela revista *Forbes* e que quase a totalidade delas transacionavam suas ações em mais de um país. A partir destas e de outras evidências o autor sugere que, apesar do tamanho ser um indicador importante para caracterizar o processo de *lobby* corporativo, a principal característica das empresas é fato das mesmas terem suas ações transacionadas em outros países, que não os de suas origens e que a preocupação com os custos relacionados ao cumprimento de normas contábeis distintas entre os países é a principal motivação para empreender tal atividade.

Utilizando-se de eventos específicos, outras pesquisas têm buscado identificar as características dos participantes de *lobby* em relação ao IASB ou seu antecessor o IASC. Larson e Brown (2001) investigaram a atividade de *lobby* por meio da análise das cartas de comentários em relação à minuta de exposição sobre as alterações na norma relativa a contratos de construção, a IAS 11. Hodges e Woods (2004) e Yu (2006) realizaram trabalho semelhante, analisando as cartas de comentários em relação as alterações da IAS 39, que trata sobre instrumentos financeiros e Hansen (2009) investigou a influência de algumas características dos lobistas em relação aos cinco primeiros *exposure draft* emitidos pelo IASB após a sua reformulação em 2001.

Percebe-se que a consciência da natureza política da atividade de elaboração de normas contábeis e a preocupação com o *lobby* neste processo são temas recorrentes, investigados por pesquisadores ao redor do mundo. Tal tema deve começar a gerar interesse também no Brasil, tendo em vista o caminho de convergência que o país vem seguindo e é nesta lacuna que esta pesquisa se insere.

Nota-se ainda que os trabalhos em relação ao processo de normatização especificamente em relação ao IASB ainda são incipientes e não contemplam o período mais recente e de maior evidência do órgão (SHORTRIDGE; SMITH, 2009)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Universo pesquisado

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar a possível associação de características específicas dos respondentes e a sua influência na opinião do Normatizador Internacional, de forma a caracterizar o possível impacto da ação dos grupos de pressão, *lobby*, no processo de elaboração de normas contábeis empreendido pelo IASB.

Para cumprir tal meta, o universo pesquisado foi o total de respondentes ao *discussion paper* denominado *Leases Preliminary Views*. Segundo o IASB (IFRS, 2011b), foram recebidas 302 cartas de comentários de várias partes do mundo durante o período em que a consulta ficou em aberto, do mês de março a julho de 2009. O *discussion paper* consistia em um questionário com 10 grandes assuntos divididos em 29 questões e disponível ao acesso e participação pública na página do IASB na *internet*, onde foram expostas as opiniões prevaletentes no *Board* e solicitada a manifestação em relação a concordância ou não dos

respondentes, bem como os motivos da possível discórdia.

3.2 Coleta e classificação dos dados

Foram analisadas as 302 cartas de comentários relativas ao referido *discussion paper* e identificadas as respostas dadas a principal questão sobre a proposta de nova contabilização de contratos de *leasing* pelas empresas arrendatárias. As respostas foram então confrontadas com a abordagem adotada pelo *Board* no subsequente *Exposure Draft* publicado pelos normatizador em agosto de 2010 (IFRS, 2011b).

No Quadro 1 está descrita a pergunta utilizada por esta pesquisa. Tal questão foi selecionada por permitir revelar a percepção geral sobre a principal mudança sugerida pelo *discussion paper* em relação à contabilização dos contratos de *leasing* pelos arrendatários e por consequência esclarece a opinião prevalecente entre os respondentes sobre o assunto básico da consulta.

Quadro 1 - Questão do Discussion Paper – Leases Preliminary Views

Questão 4 – Os *boards* temporariamente decidiram adotar uma abordagem para a contabilização da arrendatária que requer que o arrendatário reconheça:
a – um ativo representando seu direito de uso do item arrendado pelo tempo de *leasing* (o direito-de-uso ativo);
b – um passivo pela sua obrigação de pagar o arrendamento.
Você apóia a abordagem proposta?

Fonte: traduzido de IFRS (2011c, p. 32)

A referida questão foi apresentada dentro do contexto adotado pelo normatizador contábil internacional que sugere a utilização de uma mesma abordagem para a contabilização tanto para o *leasing* financeiro, quanto para o *leasing* operacional. Para o primeiro tipo de *leasing* não haveria nenhuma mudança em relação à norma vigente. No entanto, para o *leasing* operacional a mudança seria significativa, pois atualmente estes contratos são contabilizados como despesa na demonstração do resultado do arrendatário e passariam, a partir da aprovação da norma, a receber o mesmo tratamento do *leasing* financeiro e transitar pelo balanço, aumentando os valores dos Ativos e Passivos das empresas, com todas as consequências que isto pode trazer para a percepção da situação financeira das entidades.

A análise do conteúdo das cartas foi realizada a fim de determinar se o respondente se opunha ou apoiava a idéia sugerida no referido documento. As posições foram classificadas em “a favor”; “contra” e “ausente”, procedimento semelhante ao adotado por vários trabalhos que estudaram o tema de *lobby* (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; KENNY; LARSON, 1993; McLEAY; ORDELHEIDE; YOUNG, 2000; GEORGIU; ROBERTS, 2004; YU, 2006). No entanto, afim solucionar as possíveis falhas deste tipo de abordagem, o conteúdo geral de cada carta foi analisado com maior atenção procurando identificar as opiniões dos diversos respondentes em relação a outros itens do *discussion paper* que tivessem relacionamento com o assunto tratado na questão escolhida para a pesquisa, procedimento de segurança utilizado em trabalhos como de Jorissen, Lybaert e Van de Poel (2006) e Hansen (2009).

As 302 cartas de comentários foram então classificadas em diferentes categorias de respondentes, conforme abordagem já utilizada nos trabalhos de Jorissen, Lybaert e Van de Poel (2006) e Tandy e Wilburn (1992). Os respondentes foram separados em 5 grupos: (1) Preparadores, que compreendem as empresas e associações de empresas; (2) Profissionais Contábeis, que compreendem as empresas e associações de empresas/profissionais ligadas diretamente às atividades contábeis; (3) Normatizadores Contábeis Nacionais e Entidades Governamentais; (4) Acadêmicos e (5) Outros Participantes não compreendidos nas

categorias anteriores.

Em seguida, objetivando verificar se a origem dos membros do *Board*, bem como a sua quantidade são elementos levados em consideração em suas decisões sobre normatização, efetuou-se o levantamento de seus membros votantes no final do ano de 2009 identificando-se em seguida os seus países de origem, conforme demonstrado na Quadro 2. Para tal levantamento recorreu-se ao relatório anual de atividade do IASB publicado em seu sítio na internet (IFRS, 2011c).

Quadro 2 - Membros votantes do IASB e respectivos países de origem

MEMBRO DO BOARD	PAÍS DE ORIGEM
Robert P Garnett	África do Sul
Warren McGregor	Austrália
Amaro Luiz de Oliveira Gomes	Brasil
Zhang Wei-Guo	China
Prabhakar Kalavacherla ('PK')	Índia
Tatsumi Yamada	Japão
Jan Engström	Suécia
Philippe Danjou	França
Gilbert Gélard	França
Sir David Tweedie (chairman)	Reino Unido
Stephen Cooper	Reino Unido
Patrick Finnegan	EUA
James J Leisenring	EUA
Patricia McConnell	EUA
John T Smith	EUA

A quantidade dos membros votantes do normatizador foi então classificada conforme o país de origem do mesmo e relacionada para cada carta de comentário de acordo com a nacionalidade de seu respondente. Para as entidades multinacionais foi reconhecido como país de origem o local da emissão da carta e quando este não estava disponível, a sede principal da entidade emitente.

A fim de analisar se o valor das contribuições financeiras efetuadas ao IASB pelas entidades dos países dos respondentes exerce alguma influência nas decisões tomadas pelo *Board* em relação ao seu processo de elaboração de normas, foi identificado no relatório anual de atividades do órgão do ano 2009 (IFRS, 2011c) o valor das contribuições efetuadas pelas entidades de cada país à *IFRS Foundation*, organização curadora responsável pelo apoio financeiro às atividades exercidas pelo normatizador. O valor das contribuições foi então classificado para cada carta de comentário enviada ao referido *discussion paper* de acordo com o país de origem da mesma, procedimento semelhante ao utilizado no trabalho de Hansen (2009).

A última classificação utilizada foi para testar se o tamanho do mercado de capitais do país do respondente influencia a atitude do IASB em relação ao seu processo de elaboração de normas. Para tanto, foi identificado o valor da capitalização no ano de 2009 do mercado de capital de cada país disponível na base de dados econômicos do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2011), que corresponde ao preço das ações das empresas locais listadas em suas bolsas nacionais, multiplicado pelo número total de ações disponíveis no final do ano. A partir da identificação de tal valor, o mesmo foi classificado para cada carta de comentário, de acordo com o seu país de origem.

3.3 Testes estatísticos

Para atingir o objetivo da pesquisa que é identificar a possível associação de características específicas dos respondentes e os resultados do processo de normatização contábil internacional, foi desenvolvido o seguinte modelo econométrico:

$$\text{Resultado} = \beta_0 + \beta_1 \text{Preparador} + \beta_2 \text{Profissional} + \beta_3 \text{Normatizador} + \beta_4 \text{Acadêmico} + \beta_5 \text{Mem_Board} + \beta_6 \text{Financ_Board} + \beta_7 \text{Merc_Capital} + \varepsilon$$

Considerando que a classificação do tipo de respondente assume mais de 2 categorias, foram criadas variáveis *dummies* para cada uma delas, exceto para a categoria Outros respondentes, que figurou como categoria de base para a análise das demais variáveis categóricas do modelo. Neste sentido, Fávero *et al.* (2009, p. 360) afirmam que “de maneira geral, para uma variável qualitativa com n categorias, serão necessária (n-1) *dummies*, uma vez que determinada categoria deverá ser escolhida como referência”.

No quadro 3 é possível verificar a descrição das variáveis testadas e o relacionamento esperado como base na literatura.

Quadro 3 – Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Descrição Resumida	Relação esperada
Variável Dependente		
<i>Resultado</i>	Variável binária. Representa a posição manifestada pelo IASB no Exposure Draft sobre <i>Leasing</i> emitido logo após o <i>discussion paper</i> . Assume o valor 1 se a opinião do respondente foi a escolhida pelo <i>board</i> e 0 se a mesma não foi a escolhida.	
Variáveis Independentes		
β_1 Preparador	Variável binária. Representa as cartas enviadas por empresas e suas associações. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de preparadores e 0 se não estiver.	Positiva
β_2 Profissional	Variável binária. Representa as cartas enviadas por profissionais contábeis. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de profissionais e 0 se não estiver.	Positiva
β_3 Normatizador	Variável binária. Representa as cartas enviadas por empresas normatizadores contábeis nacionais e entidades governamentais. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de Normatizadores e 0 se não estiver.	Positiva
β_4 Acadêmico	Variável binária. Representa as cartas enviadas por acadêmicos. Assume o valor 1 se o respondente estiver classificado no grupo de acadêmicos e 0 se não estiver.	Positiva
β_5 Mem_Board	Variável numérica. Representa o número de membros votantes no Board do IASB oriundos do país dos respondente.	Positiva
β_6 Financ_Board	Variável numérica. Representa o montante total das contribuições efetuadas por entidades do país do respondente.	Positiva
β_7 Merc_Capital	Variável numérica. Representa o valor total do mercado de capitais do país do respondente.	Positiva

Tendo em vista o modelo procurar descrever o comportamento de uma variável dependente nominal dicotômica, a partir de variáveis independentes métricas e não métricas, a técnica estatística utilizada foi a regressão logística (MAROCO, 2007; FÁVERO *et al.*, 2009; HAIR *et al.*, 2009), por meio da qual buscou-se identificar a significância e o sinal dos coeficientes estimados. A tabulação e análise dos dados, bem como os testes estatísticos foram realizados com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS 15®*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística descritiva

A participação na enquete do IASB mobilizou respondentes de todo o mundo, foram recebidas um total de 302 cartas, sendo que a maioria das respostas veio de países europeus, que totalizaram 143 (47%) participantes, seguidas das respostas dos países da América do Norte com 116 (39%). Nota-se, no entanto, uma participação de destaque para os respondentes dos Estados Unidos com 99 cartas e do Reino Unido com 64 correspondências, que somados representaram um pouco mais da metade (54%) das cartas enviadas ao normatizador internacional. Tal resultado pode ter como um de seus motivos, além da proximidade com o idioma em que as normas são elaboradas, o fato de tal projeto fazer parte do memorando de entendimento entre FASB e IASB relacionado ao processo de convergência entre as IFRS e o padrão contábil norte americano, o US-GAAP.

A quantidade de cartas recebida de acordo com os países de origem dos respondentes e respectivos continentes está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Países dos respondentes do Discussion Paper Leases Preliminary Views

ÁFRICA	AMÉRICA DO NORTE	AMÉRICA DO SUL e CENTRAL	ÁSIA	EUROPA		OCEANIA
África do Sul (3)	Canadá (16)	Brasil (2)	China (1)	Alemanha (14)	Suíça (8)	Austrália (16)
	Estados Unidos (99)	Chile (1)	Coréia do Sul (1)	Bélgica (13)	Suécia (5)	Nova Zelândia (3)
	México (1)		Emirados (1)	Dinamarca (3)		
			Hong Kong (5)	Espanha (6)		
			Índia (1)	Finlândia (3)		
			Israel (1)	França (14)		
			Japão (4)	Holanda (7)		
			Malásia (1)	Irlanda (2)		
			Paquistão (1)	Itália (3)		
			Singapura (1)	Noruega (1)		
			Taiwan (1)	Reino Unido (64)		
TOTAL	3	3	18	143		19
PERC.	1%	1%	6%	47%		6%

Em relação à categoria dos respondentes, a maioria das cartas foi enviada pela categoria de Preparadores, que compreendem as empresas e associações de empresas, com 191 cartas, logo em seguida vêm as categorias de Profissionais, com 58 respondentes; Normatizadores, com 34 cartas e Acadêmicos com 9 participantes. A categoria de Outros respondentes, que basicamente compreendem pessoas físicas sem maiores identificações, totalizou 10 participações. A grande participação de preparadores denota a importância do assunto para o meio empresarial, tendo em vista a significativa mudança que o referido projeto trará para a contabilidade das organizações.

Nem todas as cartas responderam direta ou indiretamente a questão selecionada para a pesquisa, um grande número de cartas enviadas por empresas associadas a *European Public Real Estate Association* EPRA apresentavam exatamente o mesmo conteúdo, com mudança apenas do nome da empresa emitente e algumas de suas características e tratavam basicamente da solicitação de exclusão das propriedades para investimento do processo de mudança da contabilização para os arrendadores (Apêndice II), enquanto outras tratavam de outros assuntos e não se pronunciaram sobre o tema básico da questão da pesquisa. Um

sumário com o total de cartas recebidas e válidas para análise é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Categoria dos Respondentes do *Discussion Paper Leases Preliminary Views*

	Preparador	Profissional	Normatizador	Acadêmico	Outros	TOTAL
Cartas Recebidas	191	58	34	9	10	302
Não Responderam a Questão da Análise	34	2	3	0	3	42
Incluídas Na Análise	157	56	31	9	7	260
Percentual de Incluídas na Análise	82%	97%	91%	100%	70%	
Percentual do Total de Participantes Válidos	60%	22%	12%	3%	3%	100 %

A maior participação em relação as cartas válidas foi de Preparadores com 60% do total, com os Profissionais representando 22% e os Normatizadores locais e Agências Governamentais representado 12%. Estes números são significativos, tendo em vista a maior parte dos respondentes serem representativos de associações nacionais ou regionais, o que confirma a importância do tema para o universo contábil e reforça os resultados de pesquisas anteriores que identificaram que os diversos usuários da contabilidade preferem participar do processo de normatização contábil emitindo suas opiniões por meio de grupos de interesse e desta maneira aumentar a força de suas ações, ampliando a probabilidade de aceitação de suas idéias (SUTTON, 1984 ; GEORGIU, 2004 ; GEORGIU, 2010).

Cabe destacar, que a participação de acadêmicos foi pouco representativa em relação ao total de respondentes, totalizando apenas 3% das cartas que comentaram a questão de pesquisa, o que confirma a pouca participação dos mesmos no processo de normatização contábil (TANDY; WILBURN, 1996) e a pouca integração da academia com a prática profissional (INANGA; SCHNEIDER, 2005).

No que diz respeito à opinião dos respondentes em relação as idéias preliminares do IASB, a maioria dos respondentes (62%) foi a favor da proposta do *Board* em relação ao novo tratamento a ser dado para a contabilização das operações de arrendamento mercantil pelas arrendatária. Cabe destacar que em relação às opiniões dos Preparadores, mais da metade rejeitou a proposta (53%), acontecendo o inverso com as categorias de Profissionais, Normatizadores e Acadêmicos, que apresentaram acima de 80% de concordância, conforme resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Opinião dos respondentes do *Discussion Paper Leases Preliminary Views*

CATEGORIA DO RESPONDENTE	Questão 4 – Novo tratamento para contabilização de <i>Leasing</i> pelo Arrendatário		
	CONTRA	A FAVOR	TOTAL
Preparador	83	74	157
	53%	47%	100%
Profissional	6	50	56
	11%	89%	100%
Normatizador	4	27	31
	13%	87%	100%
Acadêmico	1	8	9
	11%	89%	100%
Outros Respondentes	4	3	7
	57%	43%	100%
TOTAL	98	162	260
	38%	62%	100%

Uma possível explicação para estes resultados, principalmente para o percentual de desaprovação verificado na categoria dos Preparadores, está contida no relato de inúmeras cartas de comentários que manifestaram a preocupação com os possíveis impactos que a mudança pode trazer para as empresas preparadoras das demonstrações, fazendo com que seus Ativos e principalmente seus Passivos sejam aumentados, gerando consequências para a percepção da saúde financeira destas empresas, podendo influenciar a concessão de crédito para as mesmas e interferindo nas negociações dos contratos de *covenant*, implicando em aumento de custos para as mesmas.

4.2 Análise Multivariada

Para avaliar a significância de características dos respondentes no processo de normatização contábil do IASB e atender aos objetivos da pesquisa, recorreu-se a regressão logística, que, apesar de não pressupor normalidade dos resíduos ou homogeneidade de variância, tal como a regressão linear, requer, no entanto, a ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas (MAROCO, 2007; FÁVERO *et al.*, 2009).

Utilizou-se da estatística VIF, ou Fator de Inflação da Variância, para medir o quanto a variância de cada coeficiente da regressão aumenta devido a multicolinearidade entre as variáveis explicativas. O resultado é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 -Diagnóstico de Multicolinearidade entre as Variáveis Explicativas do Modelo

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	VIF
Preparador	9,56179595
Profissional	7,234353038
Normatizador	5,014784121
Academico	2,234597546
Mem_Board	1,605801904
Financ_Board	1,498270407
Merc_Capital	1,687680649

Percebe-se que somente a variável Preparador apresenta um VIF próximo do limite de 10, considerado o valor a partir do qual existe uma maior relação linear entre as variáveis e portanto graves problemas de multicolinearidade no modelo (GUJARATI, 2006).

Considerando os resultados do diagnóstico anterior, todas as variáveis explicativas foram mantidas no modelo e os coeficientes da regressão logística estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados da Regressão Logística Modelo Completo

$Resultado = \beta_0 + \beta_1 Preparador + \beta_2 Profissional + \beta_3 Normatizador + \beta_4 Acadêmico + \beta_5 Mem_Board + \beta_6 Financ_Board + \beta_7 Merc_Capital + \varepsilon$						
Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Preparador	-0,02911	0,798976	0,001328	1	0,970933	0,971307
Profissional	2,23343	0,889995	6,297525	1	0,012091	9,33182
Normatizador	1,999872	0,957087	4,366179	1	0,036659	7,388114
Academico	2,229108	1,316063	2,868854	1	0,090309	9,29157
Mem_Board	-0,04642	0,106102	0,191448	1	0,661714	0,954637
Financ_Board	0,049886	0,038969	1,63877	1	0,200494	1,051151
Merc_Capital	-0,06564	0,084653	0,601297	1	0,438083	0,936466
Constant	1,264453	2,378011	0,282734	1	0,594915	3,541155

O modelo com um todo foi significativo a um p-value < 0,001 e apresenta um pseudo R² de Nagelkerke de 0,245. O modelo portanto tem um poder explicativo de 24,5%, o que não difere muito de outras pesquisas que investigaram o processo de *lobbying* nos normatizadores contábeis e também apresentaram baixo poder explicativo de seus modelos, tais como Georgiou e Roberts (2004) com R² de 34%; Georgiou (2005) com R² de 28% e Hansen (2009) com R² de 40%. No entanto, como normalmente o objetivo deste tipo de pesquisa é analisar os coeficientes, o poder preditivo do modelo tem pouca importância.

A análise dos coeficientes da regressão revelou que **as variáveis: Preparador** (B - 0,029; Wald 0,0013; p-value 0,97), **Mem_Board** (B -0,046; Wald 0,19; p-value 0,66), **Financ_Board** (B 0,049; Wald 1,63; p-value 0,20;) e **Merc_Capital** (B -0,06564; Wald 0,60; p-value 0,43), além da Constant (B 1,26; Wald 0,28; p-value 0,59) **não apresentaram um efeito estatisticamente significativo sobre a variável resultado**. Por outro lado, **as variáveis: Profissional** (B 2,23; Wald 6,29; p-value 0,012) e **Normatizador** (B 1,99; Wald 4,36; p-value 0,036), que foram estatisticamente significantes a um nível de α de 0,05 e a variável **Acadêmico** (B 2,29; Wald 2,86; p-value 0,090) com significância estatística a um nível de α de 0,10, **apresentaram efeito significativo sobre o Logit da probabilidade de suas respostas influenciarem o resultado do processo de normatização contábil do Leasing**.

Contrariando o resultado esperado conforme a literatura (TANDY; WILBURN, 1992; LARSON, 1997; McLEAY; ORDELHEIDE; YOUNG, 2000), as evidências não apoiaram o argumento de que as opiniões dos Preparadores são decisivas para o processo de normatização contábil do *Leasing*. Uma possível explicação para este fato pode estar relacionada a polêmica trazida pelo assunto tratado no *discussion paper*, que fez com que as opiniões desta categoria de respondentes tivessem um comportamento bem dividido,

conforme pode ser observado na Tabela 3 anterior. Além disso, por conta da pesquisa tratar de apenas um processo de elaboração de normas, a grande participação das empresas e a divisão de opiniões entre elas, contribuíram para que o coeficiente não fosse estatisticamente significativo e resultasse na percepção de que a opinião das empresas não exerce influência nas decisões tomadas pelo normatizador contábil internacional. Neste sentido, apesar da pesquisa ter identificado que a influência da opinião dos preparadores não é levada em consideração pelo IASB no seu processo normativo do *Leasing*, outros trabalhos devem ser realizados para que estes resultados sejam generalizados.

Observa-se ainda que o número de membros no *Board*, o montante de contribuição financeira disponibilizada a IFRS *foundation* e o tamanho do mercado de capitais do país dos respondentes não constituíram elementos significativos a ponto de influenciarem as decisões tomadas pelo IASB em sua norma de *Leasing*. No entanto, como bem observam Sutton (1984), Zeff (2002), Georgiou (2004) e Yu (2006) existem muitas outras maneiras de exercer pressão no processo de normatização contábil, além do envio de cartas de comentários. Portanto, as características investigadas na pesquisa e que não foram consideradas estatisticamente significativas, podem exercer influência em etapas anteriores a emissão dos próprios *discussion papers* e *exposure drafts*.

Neste sentido, observando-se as variáveis cujos coeficientes não se mostraram estatisticamente significativos, a direção de seus sinais não foi levada em consideração, pois não foi possível rejeitar o fato de que tais coeficientes sejam diferentes de zero.

A fim de confirmar as significâncias dos coeficientes das variáveis, Profissional, Normatizador e Acadêmico, excluindo desta maneira o efeito das variáveis não significativas apresentadas no modelo completo, uma nova regressão foi gerada com um modelo econométrico ajustado, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – Resultados da Regressão Logística Modelo Ajustado

$Resultado = \beta_0 + \beta_1 \text{Profissional} + \beta_2 \text{Normatizador} + \beta_3 \text{Acadêmico} + \varepsilon$						
Variável	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Profissional	2,242366	0,459508	23,81367	1	0,000	9,415584
Normatizador	2,031645	0,558138	13,24989	1	0,000	7,626623
Academico	2,201544	1,072139	4,216508	1	0,040	9,038961
Constant	-0,1221	0,156465	0,608999	1	0,435	0,885057

O modelo ajustado apresentou-se como significativo a um p-value < 0,001, trazendo um pseudo R^2 de Nagelkerke de 0,245 e confirmando os resultados relatados anteriormente, com as variáveis Profissional, Normatizador e Acadêmico mantendo-se estatisticamente significativas.

Considerando-se os respondentes das categorias de profissionais contábeis, normatizadores e acadêmicos, as evidências apontaram que a opinião dos mesmos é levada em consideração e exerce significativa influência no processo de elaboração da norma de *Leasing* empreendido pelo IASB. Tal resultado pode estar ligado ao fato de que, por terem um maior contato com o ambiente de negócios, aliado ao conhecimento tanto das questões técnicas quanto das questões conceituais relativas a contabilidade, estes respondentes apresentam a habilidade para enxergar de forma mais profunda os possíveis impactos dos procedimentos propostos. Esta mesma habilidade pode se constituir em elemento decisivo

para suportar, com argumentos bem fundamentados, as opiniões expostas e desta maneira apresentar um maior poder de convencimento a fim de fazer com que a suas idéias sejam prevaletentes no processo de elaboração de normas e funcionem como elemento de *lobbying*, exercendo o efeito pretendido em suas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou empiricamente a associação de características específicas dos respondentes e a sua influência na opinião do Normatizador Contábil Internacional, de forma a caracterizar o possível impacto de grupos de pressão, *lobby*, no processo de elaboração da norma contábil sobre *Leasing* empreendido pelo IASB. Para capturar as opiniões e avaliar a sua significância no processo de emissão das IFRS, foram utilizadas as cartas de comentários enviadas ao IASB por conta do *discussion paper* denominado *Leases Preliminary Views* no período de março a julho de 2009, que resultou no *exposure draft Leases* emitido em agosto de 2010.

A pesquisa demonstrou uma forte associação entre o fato de o respondente pertencer aos grupos de profissionais contábeis, normatizadores nacionais ou agências governamentais, ou ainda exercer atividades relacionadas a academia, e a possibilidade de suas opiniões serem prevaletentes no processo de normatização contábil do *Leasing*.

Os resultados da estatística multivariada empregada na pesquisa, por meio do uso da técnica de regressão logística, apresentaram evidências de que o sucesso no processo de pressão (*lobbying*) exercido pelos grupos de interesse está associado ao tipo de *stakeholder* que ele representa. Se profissional contábil, normatizador ou acadêmico existe uma maior possibilidade de obtenção de sucesso de seu intento, o que pode ter como origem, o fato de a participação destes usuários trazer um aumento na qualidade de informações disponíveis para o *Board* tomar as suas decisões.

Por outro, não foram encontradas evidências de que os preparadores tenham exercido influência no processo de normatização contábil internacional neste tema. O resultado da estatística multivariada demonstrou que as opiniões das empresas em geral não foram decisivas para tal processo, pois não foi identificada a associação entre o fato do grupo de interesse pertencer a categoria de empresas e o resultado do processo normativo. Uma possível explicação para este fato pode estar nas características da norma investigada, que por ser bastante polêmica praticamente dividiu as opiniões dos respondentes desta categoria, reduzindo a sua força para influenciar a decisão posterior do IASB.

Adicionalmente, as evidências também não demonstraram que a quantidade de membros nativos no *Board*, o total de financiamento fornecido pelas entidades do país do respondente para a IFRS *Foundation* e o tamanho do mercado de capitais local constituem características significativas de influência nas decisões tomadas pelo *Board* em seu processo normativo do *Leasing*.

Por fim, apesar da validade dos resultados encontrados, e da caracterização da influência dos grupos de pressão no processo normativo internacional, a presente pesquisa tratou apenas de uma única norma, o que implica que seus achados devem ser analisados com cautela, indicando a necessidade de realização de trabalhos futuros, incluindo outras normas, a

fim de que seus resultados sejam posteriormente confrontados e assim adquiram maior confiabilidade.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Abigail; RAMANNA, Karthik. Towards an understanding of the role of standard setters in standards setting. Working Paper 10-105. **Harvard Business School**, 2010.

BALL, Ray. International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**. v. 36, n. (Special issue), p. 5-27, 2006.

FAVERO, L.P.; BELFIORE, P.; SILVA, F.L.; CHAN, B.L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FOGARTY, T.J.; HUSSEIN, M. A.; KETZ, J.E. Political aspects of financial accounting standard setting in the USA. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v. 7, n. 4, p. 24-46, 1994.

GEORGIU, George. Corporate Lobbying in on Accounting Standard: methods, timing and Perceived Effectiveness. **ABACUS**. v. 40, n. 2, pp. 219-237. 2004

GEORGIU, George. Investigating Corporate Management Lobbying in the U.K. Accounting Standard-Setting Process: A Multi-Issue/Multi-Period Approach. **ABACUS**. v. 41, n. 3, p. 323-347, Sep. 2005.

GEORGIU, George. The IASB standard-setting process: participation and perceptions of financial statement users. **The British Accounting Review**. V. 42, pp. 103-118. 2010.

GEORGIU, George; ROBERTS, Clare B. Corporate Lobbying in the UK: an analysis of attitudes towards the ASB's 1995 deferred taxation proposals. **The British Accounting Review**. V. 36, pp. 441-453. 2004.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR JR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009

HANSEN, Bowe. Lobbying of the International Accounting Standards Board: an empirical investigation. **University of New Hampshire - Whittemore School of Business and Economics**. Fev 4, 2009. Disponível em:
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1081413&rec=1&srcabs=1014264.
Acesso em 30 nov. 2010.

HODGES, Ron; WOODS, Margaret. Principles versus politics in the development of IAS 39. In: ASIA PACIFIC INTERDISCIPLINARY RESEARCH IN ACCOUNTING CONFERENCE, 4º., 2004, Singapore. **Nottingham University Business School Discussion Paper**. Disponível em: <http://www.smu.edu.sg/events/apira/2004/Final%20Papers/1119-Hodges.pdf>. Acesso em: 10 mai 2010.

IFRS – IFRS Foundation and International Accounting Standard Board. **Who we are**



and what we do. Disponível em: < <http://www.ifrs.org> > Acesso em: 10/01/2011a.

IFRS – IFRS Foundation and International Accounting Standard *Board*. **Current Projects.** Disponível em:
<<http://www.ifrs.org/Current+Projects/IASB+Projects/Leases/Leases.htm>> Acesso em: 10/01/2011b.

IFRS – IFRS Foundation and International Accounting Standard *Board*. **Annual Reports.** Disponível em:
<<http://www.ifrs.org/The+organisation/Governance+and+accountability/Annual+reports/2009+Annual+Report.htm>> Acesso em: 10/01/2011c.

INANGA, Eno L.; SCHNEIDER, Wm. Bruce. The failure of accounting research to improve accounting practice: a problem of theory and lack of communication. **Critical Perspectives on Accounting**. Vol 16, Issue 3, pp. 227-248, April 2005,

JORRISEN, Ann; LYBAERT, Nadine; VAN DE POEL, Katrien. Lobbying towards a global standard setter - do national characteristics matter? An analysis of the comment letters written to the IASB in: GREGORIOU, Greg N.; GABER, Mohamed (org). **International Accounting: standards, regulations, and Financial Reporting**. 1º ed. Oxford: Elsevier, p. 1-40, 2006

KENNY, S. Y.; LARSON, R. K. Lobbying behavior and the development of International Accounting Standards: the case of IASB's Joint Venture Project. **European Accounting Review**. v. 2, n. 3, pp. 531-554, 1993.

KONIGSGRUBER, Roland. A political economy of accounting standard setting **Journal of Management and Governance**, 18 jul. 2009
<http://www.springerlink.com/content/y562x36871501802/fulltext.html>. Acesso em: 02 nov. 2009.

LARSON, Robert K. Corporate Lobbying of the International Accounting Standards Committee. **Journal of International Financial Management and Accounting** . v. 8, n. 3, p. 175-203, 1997.

LARSON, Robert K.; BROWN, Karen L. Lobbying of the international accounting standards committee: the case of construction contracts in: SALE, J. Timothy (org). **Advances in International Accounting**. 14 ed. Oxford: Elsevier, 2001.

MAROCO, João. **Análise estatística: com a utilização do SPSS**. 3 ed. Lisboa: Sílabo, 2007.

McLEAY S.; ORDELHEIDE, D.; YOUNG, S. Constituent lobbying and its impact on the development of financial reporting regulations: evidence from Germany. **Accounting, Organization and Society**. v. 25, pp. 79-98, 2000.

SHORTTRIDGE, Rebecca Toppe; SMITH, Pamela A. Understanding the Changes in Accounting Thought. **Research in Accounting Regulation**. n. 21, p. 11-18, 2009.

SCOTT, William R. **Financial Accounting Theory**. 5 ed. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2009.

SOLOMONS, D. The politicization of accounting: the impact of politics on accounting standards. **Journal of Accountancy**. v. 146, n. 5, p. 65-72, 1978.



11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade
São Paulo/SP 28 e 29 julho de 2011

STENKA, R.; TAYLOR P. Setting UK standards on the concept of control: an analysis of lobbying behaviour .**Accounting and Business Research**. v. 40, n. 2, pp. 109-130, 2010.

SUTTON, T. G. Lobbying of accounting standard setting bodies in the U.K. and the USA: a downsian analysis. **Accounting, Organization and Society**. v. 9, n. 1, p. 81-95, 1984.

TANDY, Paulette R.; WILBURN, Nancy L. Constituent Participation in Standard-Setting: The Fasb's first 100 statements. **Accounting Horizons**. v. 10, p. 92-111, 1992.

TANDY, Paulette R.; WILBURN, Nancy L. The Academic Community's Participation in Standard Setting: Submission of Comment Letters on SFAS Nos. 1-117 .**Accounting Horizons**. v. 10, p. 92-111, Sep. 1996.

THE WORLD BANK. **Market Capitalization of listed Companies** (current US\$). Disponível em: < <http://data.worldbank.org/indicator/CM.MKT.LCAP.CD>>. Acesso em: 12/01/2011

WATTS, Ross L. Corporate Financial Statements, a Product of the Market and Political Processes .**Australian Journal of Management**. v. 4, Apr. 1977.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards .**The Accounting Review**. v. Vol LII, n. 1, p. 112-134, Jan. 1978.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Printice-Hall, 1986.

YU, Xiang. Lobbying activity on international accounting standard: an examination of lobbying behavior on macro hedging treatment **Nottingham University Business School**, Nottingham, 2006. edissertations.nottingham.ac.uk/358/1/chrisdissertation.pdf. Acesso em: 30 nov. 2009.

ZEFF, Stephen A. Political Lobbying on Proposed Standards: A Challenge to the IASB. **Accounting Horizons**, 2002.